

**GOIASPREV**



# **RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL**

## **Goiás Previdência**

**Goiânia - GO, maio de 2021**

## Sumário

1.	Introdução .....	2
2.	Regime Próprio de Previdência Social .....	2
2.1	Histórico .....	2
2.2	Hipóteses Atuariais .....	3
2.3	Plano Financeiro .....	4
2.3.1	Base Cadastral .....	4
2.3.2	Indicadores financeiros e atuariais .....	5
2.4	Plano Previdenciário .....	8
2.4.1	Base Cadastral .....	8
2.4.2	Indicadores financeiros e atuariais .....	8
3.	Sistema de Proteção Social dos Militares .....	10
3.1	Histórico .....	10
3.2	Hipóteses Atuariais .....	11
3.3	Base Cadastral .....	12
3.4	Indicadores financeiros e atuariais .....	12
4.	Considerações Finais .....	15

## 1. Introdução

Atualmente, a Goiás Previdência – GOIASPREV – é responsável pelos planos financeiro e previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e pelo plano financeiro do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Nesse contexto, a gestão atuarial desta autarquia trabalha no intuito de dar suporte técnico à instituição, desenvolvendo anualmente a Avaliação Atuarial como principal meio de acompanhamento dos custos e dos compromissos dos planos de benefícios<sup>1</sup> geridos pela instituição. Esse estudo compila as projeções dos benefícios concedidos e a conceder para verificar a solvência de cada um dos planos, fornecendo informações para a tomada de decisões baseadas em critérios de sustentabilidade financeira.

Dessa forma, este relatório de gestão atuarial visa dar transparência às projeções das últimas avaliações atuariais realizadas pela GOIASPREV para cada um dos três fundos. São denotados a evolução de cada resultado financeiro, atuarial e demográfico, bem como o histórico de alterações legislativas e de adoção das premissas e hipóteses para o amparo do cálculo atuarial. Este documento está separado em outras três partes, sendo duas referentes ao RPPS e ao SPSM e a última uma consideração final.

## 2. Regime Próprio de Previdência Social

Esta seção descreve questões relativas ao Regime Próprio de Previdência Social, que considera os planos financeiro e previdenciário dos servidores públicos do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público do Estado de Goiás (MP), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça (TJ) e Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE). Para isso, são utilizados os resultados encontrados nas Avaliação Atuarial de 2020, no Estudo de Segregação de Massa de 2020 e na Avaliação Atuarial de 2021, que tem como datas focais os meses de dezembro de 2019, agosto de 2020 e dezembro de 2020, respectivamente.

### 2.1 Histórico

Entre os anos de 2019 e 2021, algumas alterações legislativas relativas ao cálculo da contribuição previdenciária e a mudanças estruturais afetaram a maneira como o cálculo do valor dos benefícios previdenciários é feito, bem como os critérios de elegibilidade e outros fatores. Um exemplo é a instituição que os beneficiários devem contribuir sobre o valor do benefício que excede o salário mínimo quando ocorrer déficit atuarial, disposto na Ementa Constitucional nº 65, de 21 de dezembro de 2019. Além disso, a Lei estadual nº 20.850, de 16 de setembro de 2020, sanciona a segregação de massa como política para o equacionamento do déficit atuarial, criando também o fundo previdenciário do RPPS.

Apesar dessas alterações, as alíquotas de contribuição, instituídas na Lei Complementar nº 126, de 27 de dezembro de 2016, permaneceram as mesmas. Assim, um segurado contribui 14,25% sobre a base de contribuição, e a contrapartida patronal de 28,50%. Como não houve mudanças legislativas, tais valores são vigentes até hoje, conforme mostrado na Tabela 1.

---

<sup>1</sup> Art. 3º da Portaria 464 SPREV, de 19 de novembro de 2018.

**Tabela 1: Alíquotas de contribuição**

Ano	Contribuição do servidor	Contrapartida patronal
2020	14,25%	28,50%
2021*	14,25%	14,25%/28,50%

\*Ocorrência da segregação de massas, vide Lei Ordinária Estadual nº 20.850 de 16 de setembro de 2020.

Fonte: elaboração própria.

## 2.2 Hipóteses Atuariais

A Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, estabelece a necessidade de elaborar um Relatório de Análise das Hipóteses, observando critérios técnicos das premissas utilizadas para os estudos atuariais. A Tabela 2 descreve as hipóteses utilizadas para os cálculos do plano financeiro nas avaliações de 2020 e de 2021 e do estudo de segregação de massa.

Com exceção da taxa real de juros e das tábuas biométricas, é possível verificar as demais premissas se mantiveram as mesmas nas três análises. Em todos os anos, a idade normal de entrada no mercado de trabalho é de 25 anos, enquanto não se considera uma reposição para os servidores ativos que saíram do serviço público e se utiliza da tábua Álvaro Vindas para a probabilidade de invalidez. A taxa de crescimento salarial, que também é a mesma taxa para crescimento dos benefícios de quem tem direito à Integralidade e Paridade, é de 1,02% a.a. e o fator de capacidade salarial e de benefício é de 0,985. Por fim, é considerado uma taxa de rotatividade de 0% a.a., uma compensação previdenciária de 0,23% da despesa previdenciária e um percentual de instituidores de pensão de 60,43% nos últimos dois relatórios

Apenas duas hipóteses se tiveram mudanças nesse tempo. A primeira são as tábuas biométricas para a probabilidade de sobrevivência do segurado, que se alterou para a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019 no relatório de 2021, sendo que antes a utilizada era a de 2018. A segunda é a taxa real de juros, que antes era definido pela taxa parâmetro de 5,838% a.a. e mudou para a taxa de rentabilidade<sup>2</sup> de 4,07% a.a.

**Tabela 2: Premissa utilizadas em cada Relatório de Avaliação Atuarial do plano financeiro**

Hipóteses	2020	S.M.	2021
Tábuas biométricas	IBGE - 2018	IBGE - 2018	IBGE - 2019
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de juros	5,88% a.a.	5,38% a.a.	4,07% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,02% a.a.	1,02% a.a.	1,02% a.a.
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de capacidade salarial e de benefício	0,985	0,985	0,985
Idade normal de entrada	25 anos	25 anos	25 anos
Reposição de servidores ativos	Sem reposição	Sem reposição	Sem reposição
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Compensação previdenciária	0,23% da despesa	0,23% da despesa	0,23% da despesa
Percentual de instituidores de pensão	60,43%	60,43%	60,43%

Fonte: elaboração própria.

<sup>2</sup> A taxa de rentabilidade dada pela política de investimentos é de 4,07% a.a.

É válido destacar que a composição familiar para todas as avaliações considera um casal em que o cônjuge é três anos mais novo se o servidor for homem ou três anos mais velho para as mulheres, com dois filhos 22 anos mais novo que o titular e que é considerado que o servidor vá se aposentar pela regra que lhe conceda a primeira elegibilidade, com um diferimento médio de 6 anos para aqueles que decidam não se inativar imediatamente.

Além disso, há um detalhamento em relação ao cálculo dos benefícios programados. Para o de aposentadoria, é aplicado um fator redutor de 0,820 na última base de contribuição como servidor ativo para quem se aposenta com a média dos 80% maiores salários, de 0,775 para quem está sujeito à regra da média de todos os salários e não se aplica um fator para quem tem direito à integralidade e paridade. Para o de aposentadoria por incapacidade e para os servidores que ingressaram após a aprovação da Emenda Constitucional nº 65/2019, o seu cálculo é feito pela média de todos os salários recebidos vezes 60% mais 2% por cada ano de contribuição que exceder 20 anos no momento do fato gerador, sendo que o menor valor possível para esse caso é o do salário mínimo vigente. Para o benefício de pensão, é considerado uma cota de 50% do valor da aposentadoria mais 10% por dependente, com valor máximo de 100%.

## 2.3 Plano Financeiro

O fundo financeiro possui regime financeiro de repartição simples, onde as contribuições recolhidas em uma determinada competência são utilizadas para o pagamento dos benefícios dessa mesma competência, sem o propósito de acumulação de recursos.

### 2.3.1 Base Cadastral

A Tabela 3 revela a composição da massa de segurados do plano financeiro do RPPS, em que é averiguado uma diminuição de servidores ativos e um aumento de aposentados e pensionistas na massa analisada em todos os casos. Os dados são obtidos do Sistema de Recursos Humanos (RHNET) e do Sistema de Gestão Previdenciária (GPREV), da GOIASPREV, através da Gerência de Tecnologia e Relacionamento com os Segurados (GTRS).

**Tabela 3: Composição da massa de segurados analisada do Fundo Financeiro**

Ano	Massa	Quantidade
2020	Ativos	53.508
	Inativos	51.034
	Pensionistas	9.491
S.M.	Ativos	50.897
	Inativos	51.699
	Pensionistas	9.605
2021	Ativos	50.660
	Inativos	51.717
	Pensionistas	9.595

Fonte: elaboração própria.

A partir do estudo da segregação de massa, a parte da base cadastral dos ativos relativa aos Órgãos Autônomos e Outros Poderes do Estado de Goiás é obtida através do Sistema Eletrônico de

Informações (SEI), através da Diretoria de Previdência (DPREV). Quanto aos beneficiários desses órgãos, a suas informações são fornecidas a partir de geração estatística.

O número de inativos mais o número de pensionistas consistiam em 53% da massa de segurados em 2020 com a segregação de massa aumentou para 54,64% e em 2021 foi de 54,76%. A razão entre a quantidade de militares ativos e de beneficiários nos três estudos ficou entre 0,81 e 0,89, o que significa que para cada benefício concedido existe pouco menos de um servidor ativo contribuindo para o seu custeio. A maior parte da base de dados são de mulheres, visto a grande presença de servidoras vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Educação.

### 2.3.2 Indicadores financeiros e atuariais

Esta sessão descreve os resultados das reservas matemáticas e das projeções atuariais da despesa, receita com contribuições e na necessidade de financiamento do plano financeiro do RPPS. A reserva matemática é uma relação entre o valor presente atuarial dos benefícios, concedidos ou a conceder, e o valor presente atuarial das contribuições dos segurados mais a compensação previdenciária. O seu valor positivo indica uma maior influência dos gastos com benefícios, enquanto o valor negativo revela um impacto mais relevante das contribuições.

A reserva matemática total é calculada a partir da reserva matemática dos benefícios concedidos, que são os compromissos líquidos com os beneficiários do Fundo, a reserva matemática de benefícios a conceder, que são os compromissos líquidos com o público ativo. De acordo com a Tabela 12, a primeira parcela apresenta um aumento percentual de mais de 5% entre os resultados da Avaliação atuarial de 2020 e 2021, enquanto a outra parte varia mais de 25%. No total, há um aumento de quase 11% entre esses relatórios.

**Tabela 4: Reservas Matemáticas do Fundo Financeiro**

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
2020	42.590.886.594,23	12.650.885.824,34	55.241.772.418,57
S.M.	45.641.741.214,28	19.069.508.062,87	64.711.249.277,15
2021	45.054.281.768,90	16.976.593.255,88	62.030.875.024,79

Fonte: elaboração própria.

A não acumulação de um patrimônio líquido indica que o resultado atuarial é influenciado apenas pela reserva matemática. No contexto do fundo financeiro do RPPS do Estado de Goiás, essa variável exerce um impacto negativo, indicando um déficit atuarial que varia entre R\$ 55 bi, R\$ 64 bi e R\$ 62 bi nos relatórios de 2020, de segregação de massa e de 2021, respectivamente, conforme mostrado na Tabela 13 e na Figura 1.

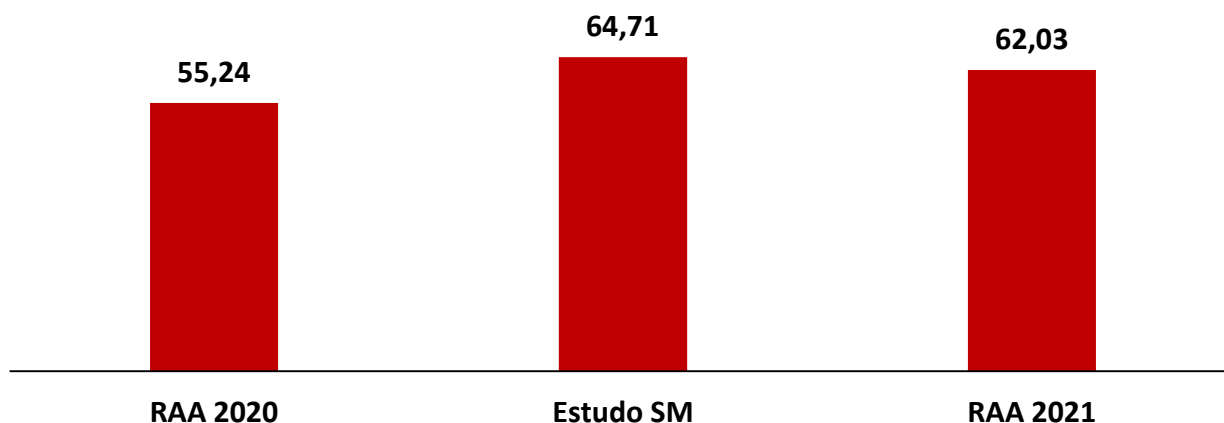
**Tabela 5: Resultados Atuariais do Fundo Financeiro**

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
2020	55.241.772.418,57	0,00	-55.241.772.418,57
S.M.	64.711.249.277,15	0,00	-64.711.249.277,15
2021	62.030.875.024,79	0,00	-62.030.875.024,79

Fonte: elaboração própria.

Em comparação com o relatório de 2020, o déficit atuarial do estudo da segregação de massa aumentou 17,14% e o do estudo de 2021 aumentou em 12,29%. Esse aumento foi decorrente do aumento da participação percentual de inativos e pensionistas na massa de segurados, o que implica na necessidade de uma maior reserva financeira para pagar os respectivos benefícios de aposentadoria e de pensão.

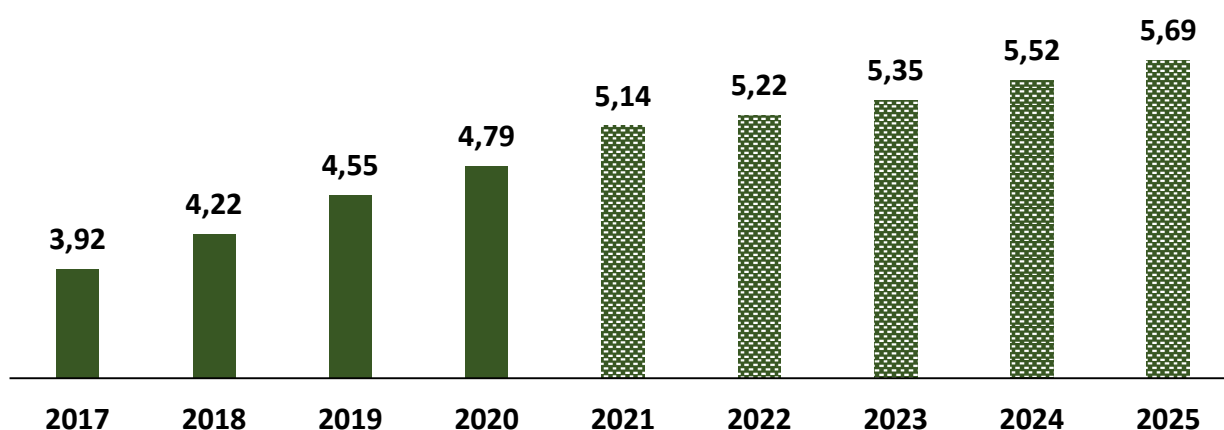
**Figura 1: Déficit Atuarial do Fundo Financeiro**  
(valores em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria.

Um dos resultados das avaliações atuariais é a possibilidade de estimar os valores futuros da despesa, receita e déficit previdenciários. A Figura 2 apresenta os valores realizados até 2020 e previstos até 2025 da despesa previdenciária. No curto prazo, é possível verificar uma tendência de crescimento dos gastos com benefícios previdenciários, atingindo um valor de R\$ 5,69 bilhões em 2025.

**Figura 2: Despesa previdenciária**  
(valores em R\$ bilhões)

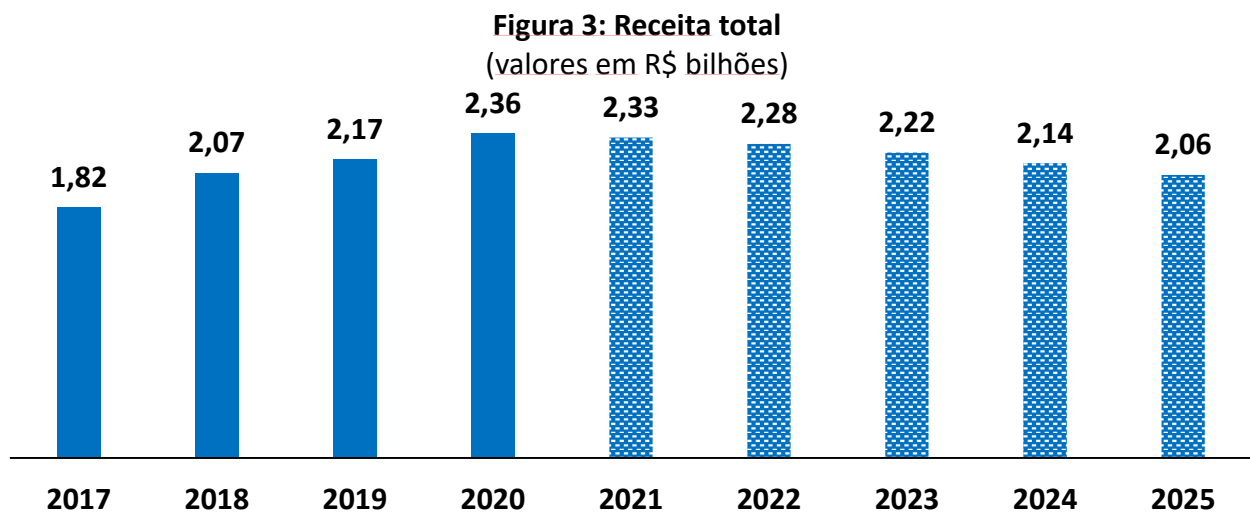


Fonte: elaboração própria.

No período compreendido entre os anos de 2017 e 2020, é notado uma taxa de crescimento de 6,91% a.a. Também se evidencia uma continuidade no crescimento da despesa nos anos

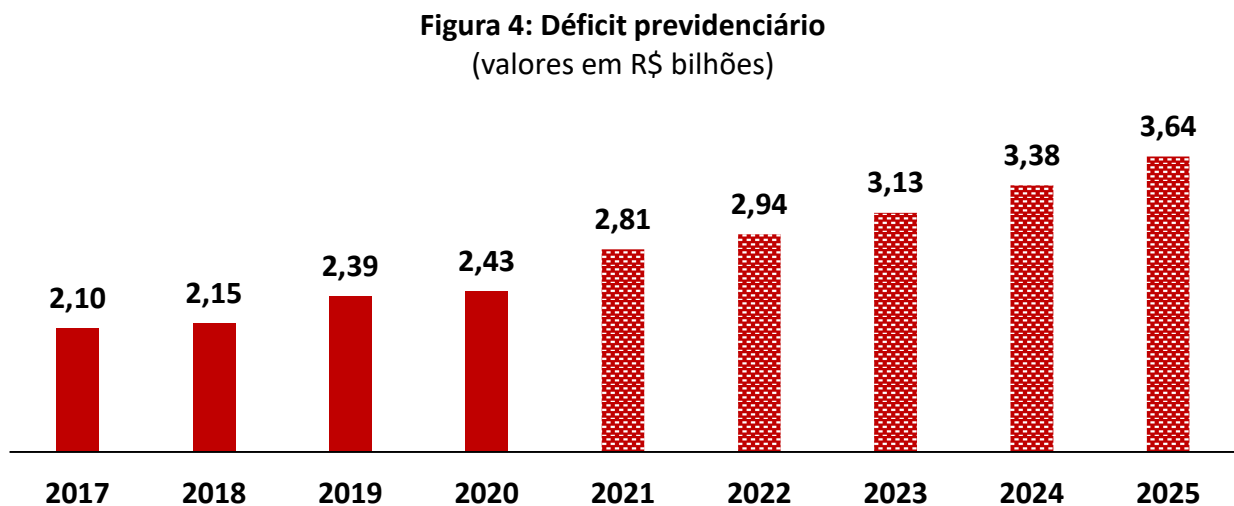
projetados, mas a uma taxa de crescimento de 2,57% a.a. A redução na velocidade de crescimento da despesa do RPPS decorre da adoção das novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na EC federal nº 103/2019, que tendem a exercer mais influência sobre a despesa no médio e longo prazo, a medida que o estoque de servidores ativos com direito adquirido em relação à reforma previdenciária for se esgotando.

No que tange à receita total, no período compreendido entre os anos de 2017 e 2020, nota-se uma taxa de crescimento de 9,05% a.a. A Figura 3 apresenta a comparação entre a receita realizada e projetada para o Fundo Financeiro, em que é revelado um decréscimo a uma taxa de 3,03% a.a. entre os exercícios de 2021 e 2025. Isso decorre do decréscimo esperado do número de ativos e a perspectiva de pouco crescimento na remuneração média dos ativos já presentes na massa de segurados.



Fonte: elaboração própria.

Entre 2017 e 2020, o déficit previdenciário apresentou uma taxa de crescimento de 4,99% a.a. Apesar da considerável redução do déficit atuarial com a aprovação da EC estadual nº 65/2019, as estimativas apontam uma taxa de crescimento de 6,68% a.a. no déficit previdenciário do RPPS entre os exercícios de 2021 e 2025.



Fonte: elaboração própria.



## 2.4 Plano Previdenciário

O Fundo Previdenciário do RPPS está estruturado sob o regime financeiro de capitalização, onde os ativos garantidores, acrescidos das contribuições futuras, às receitas por eles geradas e outras espécies de aportes, são utilizados para o custeio de todas as obrigações do plano de benefícios. Esse plano foi institucionalizado em novembro de 2020, com a Lei estadual nº 20.850, de 16 de setembro de 2020.

### 2.4.1 Base Cadastral

A massa de segurados do plano previdenciário do RPPS é composta apenas por segurados ativos em decorrência de sua recente implementação somado com o fato de que apenas os segurados que ingressaram a partir de 07 de julho de 2017 ou aqueles que decidiram migrar do plano financeiro para esse fundo, sendo que as informações são extraídas da mesma fonte que os dados do plano financeiro, mas, ao contrário dele, mais de 64% dessa massa é composta por homens.

A Tabela 6 descreve as características de idade e de remuneração dessa massa. É possível averiguar que 112 servidores ingressaram no fundo previdenciário entre o estudo da Segregação de Massa e a Avaliação Atuarial, indo de 2.420 servidores para 2.532.

**Tabela 6: Composição da massa de segurados analisada do Fundo Previdenciário**

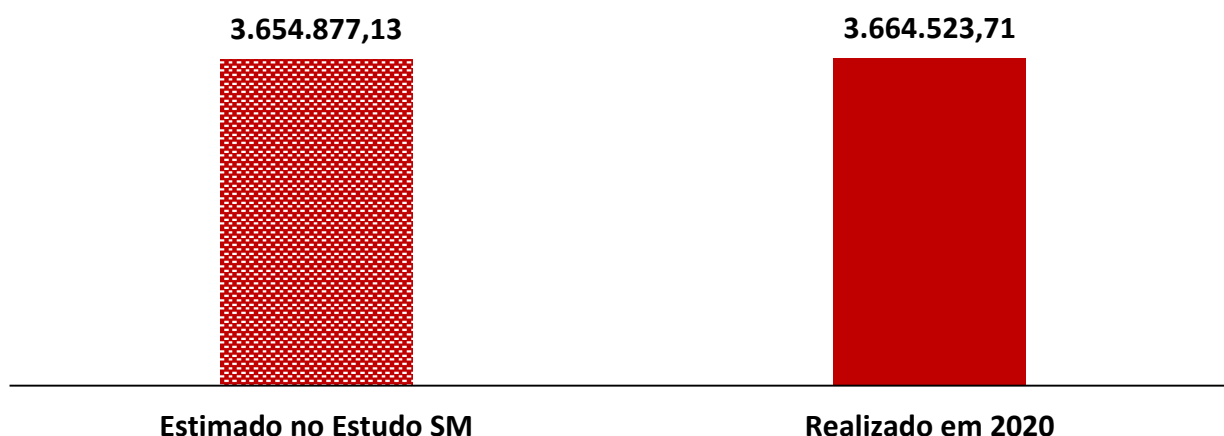
Ano	Massa	Quantidade
S.M.	Ativos	2.420
	Inativos	-
	Pensionistas	-
2021	Ativos	2.532
	Inativos	-
	Pensionistas	-

Fonte: elaboração própria.

### 2.4.2 Indicadores financeiros e atuariais

A capitalização das contribuições previdenciárias dos servidores ativos que atendem aos requisitos para integrarem o Fundo Previdenciário, que atualmente estão sendo utilizadas para o pagamento de benefícios do Fundo Financeiro, geram um custo para o Tesouro Estadual, que deverá aportar mais recursos para a cobertura da insuficiência financeira do RPPS, essa transferência de ativos do plano financeiro para o plano previdenciário exige um esforço fiscal do ente federativo no curto e médio prazo, mas esse aumento do gasto com previdência nos primeiros anos permite que os benefícios futuros sejam custeados integralmente pelos recursos das contribuições e pelos juros obtidos no mercado de capitais, contribuindo para a sustentabilidade fiscal do ente federativo no longo prazo e para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nesse sentido, o Figura 5 mostra que a projeção do custo de transição mensal estimado no estudo de segregação de massa foi muito próxima ao previsto na avaliação atuarial de 2021.

Figura 5: Custo de transição mensal



Fonte: elaboração própria.

Como ninguém ainda se aposentou pelo plano previdenciário e não há pensionistas ligados a ele, a reserva matemática dos benefícios concedidos é igual a 0 (zero). Além disso, a reserva matemática dos benefícios a conceder é negativa em ambos os estudos, com o montante de R\$ -197 milhões e R\$ 109 milhões, respectivamente.

Tabela 7: Reservas Matemáticas

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
S.M.	0,00	-197.334.946,68	-197.334.946,68
2021	0,00	-109.096.858,39	-109.096.858,39

Fonte: elaboração própria.

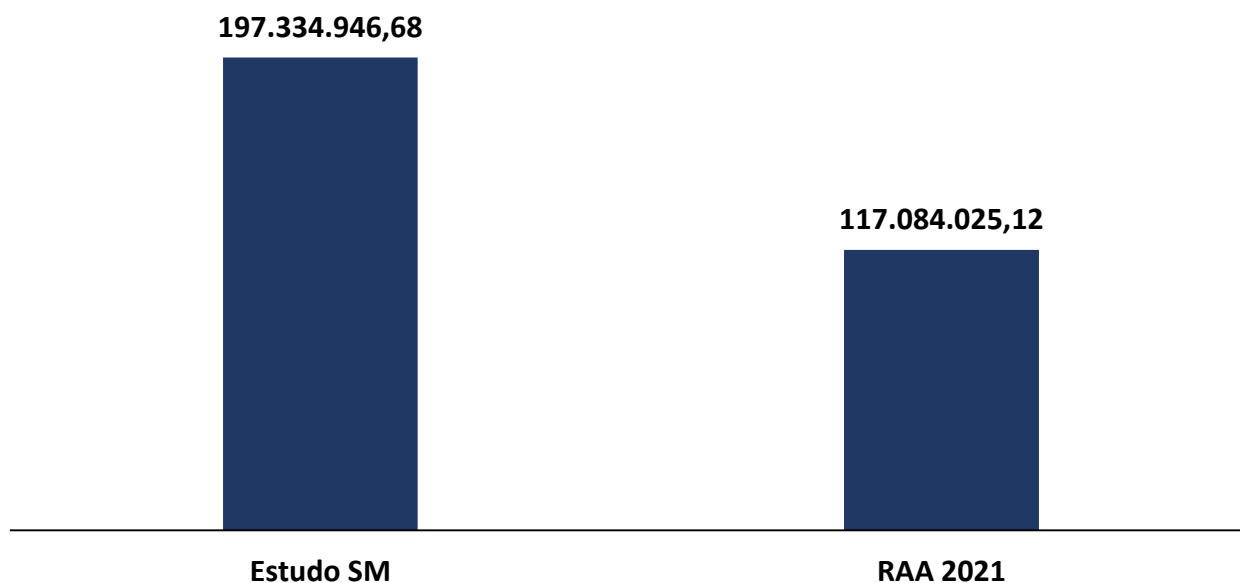
A reserva matemática do plano previdenciário é negativa pois o valor presente do fluxo de contribuições futuras excede o valor presente do fluxo de pagamento de benefícios futuros. Sendo assim o fundo tem a receita da contribuição dos segurados ativos, mas não tem a despesa com pagamento de benefícios. Além disso, Como o estudo de segregação de massa é anterior à institucionalização do fundo, é natural que seu valor seja igual a 0 (zero) já que o fundo não estava operante. Na avaliação atuarial, os recursos já estavam sendo aplicados por dois meses, novembro e dezembro, acumulando uma quantia de R\$ 7,99 milhões no resultado de 2021. Portanto, é calculado um resultado atuarial positivo, configurando uma situação de superávit.

Tabela 8: Resultados Atuariais

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
S.M.	-197.334.946,68	0,00	197.334.946,68
2021	-109.096.858,39	7.987.166,73	117.084.025,12

Fonte: elaboração própria.

A Figura 6 ilustra o resultado atuarial nos dois estudos, confirmando um superávit de mais de R\$ 197 milhões e R\$ 117 milhões no estudo de segregação de massa e na avaliação atuarial de 2021, respectivamente. A redução do resultado de uma análise para a outra se dá pela revisão da taxa de juros atuarial, que reduziu de 5,38% a.a. para 4,07% a.a.

**Figura 6: Superávit Atuarial**

Fonte: elaboração própria.

### 3. Sistema de Proteção Social dos Militares

Esta sessão trata dos pontos previdenciários que tangem o Sistema de Proteção Social dos Militares, que considera os segurados vinculados à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar.

#### 3.1 Histórico

A aprovação da Lei federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, traz a uma série de mudanças para a legislação dos militares vigente, incluindo a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, também conhecida como Estatuto dos Militares, e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares.

A alteração das alíquotas previdenciárias está entre os principais tratados por essa lei. Até 2019, eram aplicadas as mesmas regras que a dos civis, com 14,25% de contribuição sobre o cálculo de base e 28,50% de contrapartida patronal, passando a vigorar, a partir de março de 2020, a alíquota de 9,5% e, em janeiro de 2021, o percentual de 10,5%. Além disso, como o SPSM deixou de ter caráter previdenciário, a contribuição patronal para os militares deixou de existir. Esses valores estão resumidos na Tabela 9.

**Tabela 9: Alíquotas de contribuição**

Ano	Contribuição do militar	Contrapartida patronal
2019	14,25%	28,50%
2020	9,50%	0,00%
2021	10,50%	0,00%

Fonte: elaboração própria.

### 3.2 Hipóteses Atuariais

A Tabela 10 descreve as premissas atuariais utilizadas para a avaliação atuarial dos militares de 2019 a 2021. As hipóteses relativas às tábuas de sobrevivência, a entrada em invalidez, taxa real de juros, fator de capacidade dos benefícios, idade normal de entrada no mercado de trabalho, reposição de servidores ativos e rotatividade não sofreram alterações ao longo desse período. Além disso, a composição familiar considerada é de um casal em que o cônjuge é três anos mais novo se o servidor for home ou três anos mais velho para as mulheres, com dois filhos 22 anos mais novo que o titular.

**Tabela 10: Premissas utilizadas em cada Relatório de Avaliação Atuarial**

Hipóteses	2019	2020	2021
Tábuas biométricas	IBGE - 2017	IBGE - 2018	IBGE - 2019
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa real de juros	0,00% a.a.	5,88% a.a.	5,45% a.a.
Taxa real de crescimento salarial	1,00% a.a.	1,04% a.a.	1,03% a.a.
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de capacidade salarial e de benefício	1,000	0,985	0,985
Idade normal de entrada	25 anos	25 anos	25 anos
Reposição de servidores ativos	Sem reposição	Sem reposição	Sem reposição
Rotatividade	1,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Percentual de instituidores de pensão	-	88,38%	88,38%

Fonte: elaboração própria.

A partir de 2020 foi elaborado um relatório de hipóteses, que não era confeccionado anteriormente, que considerou algumas alterações para os militares. A primeira delas é a mudança da tábua de sobrevivência, indo da que é calculada pelo IBGE de 2017 para a de 2019 no último relatório. Em relação à taxa real de crescimento salarial e de crescimento dos benefícios de quem tem direito à integralidade e paridade, ela passou de 1,00% a.a. para 1,04% a.a. O percentual de instituidores de pensão, calculados a partir de 2020, mostra que 88,38% dos militares deixam um benefício de pensão após seus óbitos. Em relação à idade projetada para a reserva remunerada, analisada a partir do documento de 2020, um militar irá escolher a regra que lhe garanta a menor elegibilidade, com um diferimento médio de 2 anos para aqueles que decidirem não se aposentar de imediato.

Sobre benefício programado de reserva remunerada, como há uma promoção automática no momento da inativação, se aplica um fator de 1,2 sobre a última remuneração como ativo para quem tem o direito adquirido em relação ao Decreto estadual nº 9.590/2020 e um outro de 1 para os demais militares. Para o benefício projetado de reforma causado por invalidez, o militar recebe com integralidade a remuneração do posto que estiver assumindo. Da mesma forma para os benefícios projetados de pensão militar, o beneficiário recebe o equivalente ao provento no momento do fato gerador e terá paridade com os militares da ativa caso isso venha a ocorrer na vigência do Decreto estadual nº 9.590/2020.

### 3.3 Base Cadastral

A Tabela 11 descreve a composição da massa analisada dos militares em cada um dos relatórios de avaliação atuarial, em que é possível verificar o quantitativo de militares ativos, inativos e pensionistas considerados em cada relatório, bem como a sua idade média e sua remuneração média. Os dados foram extraídos no RHNET e no GPREV através da GTRS.

**Tabela 11: Composição da massa de segurados analisada do SPSM**

Ano	Massa	Quantidade
2019	Ativos	16.454
	Reserva/Reforma	7.160
	Pensionistas	3.063
2020	Ativos	15.747
	Reserva/Reforma	7.693
	Pensionistas	3.145
2021	Ativos	14.760
	Reserva/Reforma	8.478
	Pensionistas	3.216

Fonte: elaboração própria.

Em primeiro lugar, há uma queda no número de ativos de 2019 a 2021, ao mesmo tempo, é possível observar um aumento do número de inativos e de pensionistas. Além disso, há uma predominância de homens militares entre os ativos e os que estão na situação de reserva ou reforma remunerada, enquanto as mulheres são maioria apenas entre os pensionistas.

Uma das consequências da redução de militares ativos e um aumento dos demais segurados do SPSM é o aumento da razão de dependência. O menor valor alcançado é descrito no relatório de 2021, em que o seu valor de 1,26 indica que existe pouco mais de um militar ativo contribuindo ao SPSM para cada beneficiário do sistema de proteção.

### 3.4 Indicadores financeiros e atuariais

Esta sessão descreve os resultados das reservas matemáticas e das projeções atuariais da despesa, receita com contribuições e na necessidade de financiamento do SPSM.

A reserva matemática dos benefícios concedidos, que faz referência aos compromissos líquidos com os beneficiários do SPSM, apresentou um decréscimo de quase 35% na comparação entre 2021 e 2019, o que pode ser explicado pelo aumento do quantitativo de aposentados e pensionistas nesse período. Já a reserva matemática de benefícios a conceder, que são os compromissos líquidos com o público ativo, apresentou um decréscimo de 80% na comparação entre 2021 e 2019 decorrente do decréscimo do quantitativo de servidores ativos. Esses valores estão dispostos na Tabela 12. No total apresentou uma redução de 67% de 2019 a 2021 na reserva matemática total, que é a soma de todos os compromissos. Tais decréscimos são resultados direto da mudança das taxas de juros atuariais, que deixou de ser diferente de 0% a.a. a partir de 2020.

**Tabela 12: Reservas Matemáticas do SPSM**

Ano	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	Reserva Matemática Total
2019	30.021.245.826,63	76.726.696.965,15	106.747.942.791,78
2020	17.354.204.114,93	14.905.851.338,52	32.260.055.453,46
2021	19.526.767.290,48	15.016.532.182,50	34.543.299.472,97

Fonte: elaboração própria.

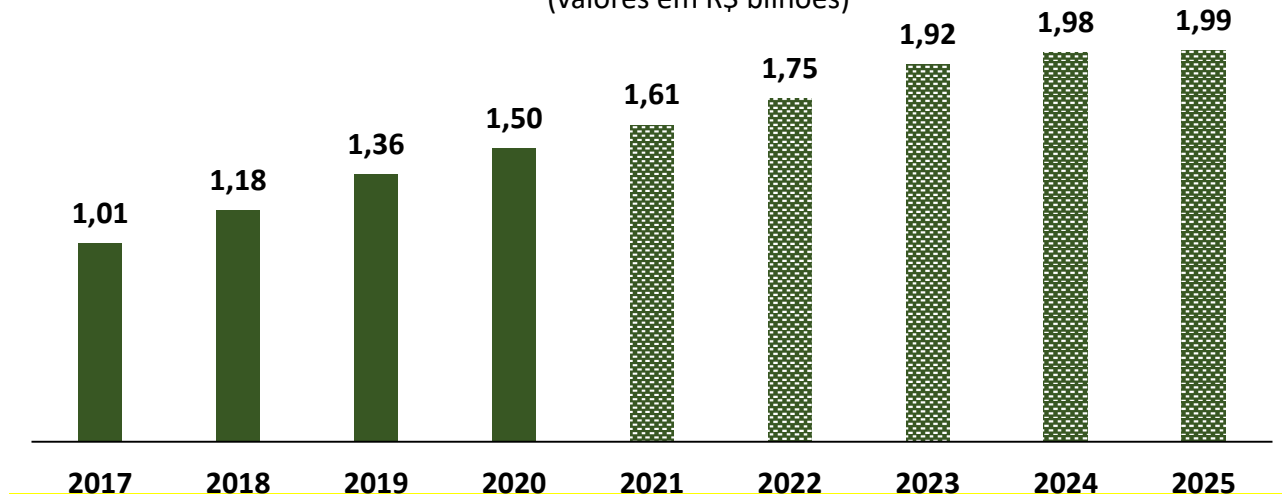
Considerando que o SPSM não acumula nenhum patrimônio líquido e que a reserva matemática total tem uma influência negativa no resultado atuarial, é possível concluir que o SPSM tem um déficit atuarial apurado na casa dos R\$ 106 bi, R\$ 32 bi e R\$ 34 bi nos relatórios de 2019, 2020 e 2021, respectivamente, conforme mostrado na Tabela 13.

**Tabela 13: Resultados Atuariais do SPSM**

Ano	Reserva Matemática Total	Patrimônio Líquido	Resultado Atuarial
2019	106.747.942.791,78	0,00	-106.747.942.791,78
2020	32.260.055.453,46	0,00	-32.260.055.453,46
2021	34.543.299.472,97	0,00	-34.543.299.472,97

Fonte: elaboração própria.

A Figura 7 apresenta a despesa previdenciária realizada e projetada para o SPSM, evidenciando uma taxa de crescimento de 14,09% a.a. no período entre 2017 e 2020, e uma continuidade no crescimento da despesa a 5,44% a.a. entre os exercícios de 2021 e 2025.

**Figura 7: Despesa Previdenciária**  
(valores em R\$ bilhões)

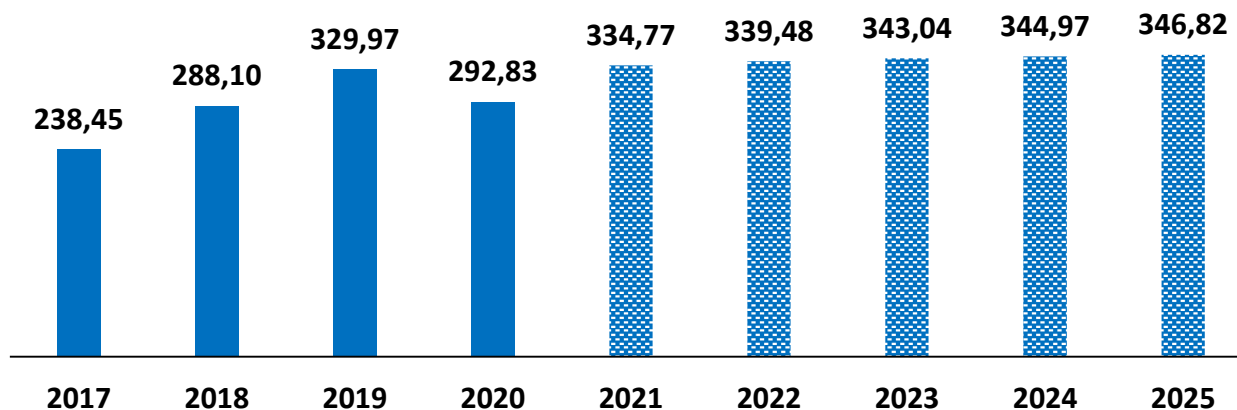
Fonte: elaboração própria.

A redução na velocidade de crescimento da despesa do SPSM decorre da adoção das novas regras de elegibilidade e cálculo de benefícios previstas na Lei federal nº 13.954/2019, que tendem a exercer mais influência sobre a despesa no médio e longo prazo, a medida que o estoque de militares ativos com direito adquirido em relação à nova legislação for se esgotando.

No que tange à receita de contribuição dos segurados, no período compreendido entre 2017 e 2020, nota-se uma taxa de crescimento de 7,09% a.a. Ressalta-se uma redução nos valores de 2020 em virtude da redução da alíquota de 14,25% para 9,50% na competência de março. Mesmo com o aumento da base de contribuição para todo o valor da remuneração que supere o salário mínimo em abril, o fechamento anual é de R\$ 292,83 milhões.

A Figura 8 apresenta a comparação entre a receita realizada e projetada atuarialmente para o SPSM, evidenciando uma continuidade no crescimento da despesa a uma taxa de crescimento de 0,89% a.a. entre os exercícios de 2021 e 2025.

**Figura 8: Receita de contribuição dos segurados**  
(valores em R\$ milhões)

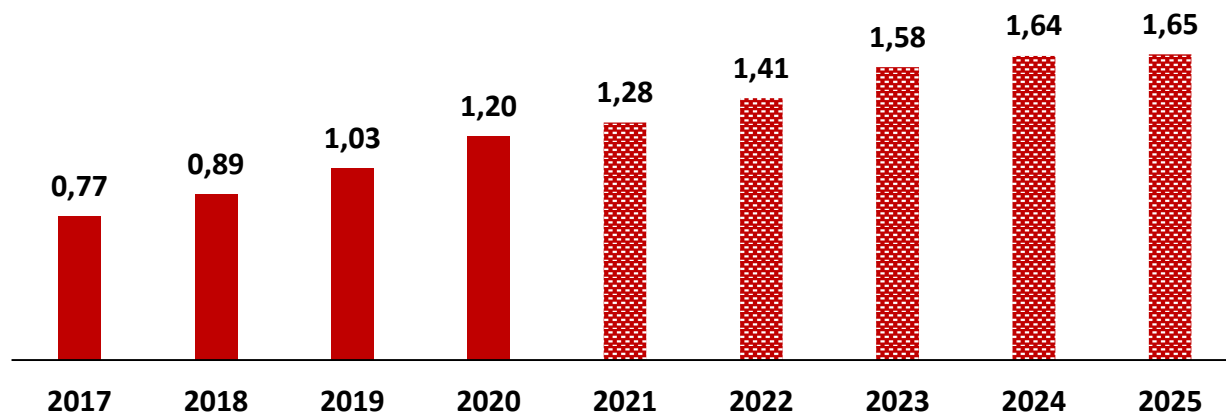


Fonte: elaboração própria.

A redução da receita total decorre do decréscimo esperado do número de ativos e a perspectiva de pouco crescimento na remuneração média dos ativos já presentes na massa de segurados do SPSM.

As estimativas apontam para uma taxa de crescimento de 15,94% a.a. na necessidade de financiamento do SPSM entre esses exercícios. Isso ocorre dado que essa conta é um resultado da combinação entre a despesa previdenciária e a receita de contribuição dos segurados. Se os gastos com o pagamento crescem a uma velocidade maior que a arrecadação previdenciária, os aportes que o Tesouro Estadual faz para pagar a diferença também aumentam. Para o exercício 2021, é esperado que o valor seja de R\$ 1,28 bilhões, apresentando uma taxa de crescimento de 6,55% em relação ao realizado no ano de 2020.

**Figura 9: Necessidade de financiamento**  
(valores em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria.

#### 4. Considerações Finais

Esta análise é fundamentada nos resultados encontrados nos relatórios de avaliação atuarial dos fundos geridos pela GOIASPREV e no estudo de segregação de massa para a implementação do fundo previdenciário.

É indicado um resultado deficitário para o fundo financeiro do RPPS, uma vez que o valor presente das contribuições previdenciárias não é maior que o valor presente dos benefícios concedidos e a conceder. Além disso, é verificado um aumento na despesa previdenciária e um decréscimo na receita previdenciária nos próximos 5 anos, culminando em um crescimento no déficit financeiro desse fundo.

O fundo previdenciário do RPPS, por outro lado, se mostra superavitário. É esperado que esse superávit se mantenha no longo prazo uma vez que os recursos aplicados nele são investidos no mercado financeiro, garantindo uma taxa de rentabilidade para os mesmos.

Quanto ao fundo financeiro do SPSM, a situação é bem parecida com o plano financeiro do RPPS, já que contribuições não são o suficiente para cobrir o valor dos pagamentos com benefícios, resultando em um déficit atuarial. A despesa previdenciária e a contribuição dos segurados seguem uma tendência crescente para os próximos 5 anos, com a primeira conta tem um aumento maior. Em consequência, essa situação leva a um acréscimo da necessidade de financiamento nesse período, o que significa que haverá uma maior participação do Tesouro Estadual no pagamento dos gastos do SPSM.

Goiânia, 14 de maio de 2021.



**Felipe Pureza Cardoso**  
Assessor de Atuária e Investimentos



**Yuri Martí Santana Santos**  
Gerente de Atuária e Dados Previdenciários  
Atuário MIBA nº 3012